CHRISTOPHER GARMAN: A PAUTA AMBIENTAL SERÁ O GRANDE RISCO AO BRASIL NUM GOVERNO BIDEN

Com a eleição americana se aproximando e pesquisas eleitorais mostrando, cada vez mais, a preferência pelo candidato democrata, Joe Biden, a pergunta sobre o que sua vitória no dia 3 de novembro significaria para o Brasil se tornou mais relevante.

Caso isso ocorra, é improvável um “ostracismo” internacional por parte do Brasil contra a Casa Branca por razões ideológicas. Contudo, é nítido que a principal ameaça para o governo Bolsonaro se encontra na pauta ambiental. O atrito não será apenas o calcanhar de Aquiles para as relações Brasil-EUA, mas também abrirá espaço para sanções ao Brasil, caso a situação de desmatamento na Amazônia e no Pantanal não melhore.

Em primeiro lugar, é importante reconhecer que a atual proximidade do governo Bolsonaro com o presidente Donald Trump não é suficiente para gerar um “ostracismo” internacional contra um possível governo Biden. Apesar de um eventual resfriamento das relações entre a Casa Branca e o Planalto, em função do apoio expressado publicamente por Bolsonaro e seus filhos ao atual presidente americano, os laços históricos e institucionais entre o Brasil e os Estados Unidos devem ser mantidos.

Biden é experiente em temas de política externa e dedicou boa parte de sua vice-presidência a temas internacionais; portanto, não deixaria Brasília de lado por diferenças ideológicas. Estrategicamente, a presença da China na América Latina tem gerado crescente preocupação em Washington e, mesmo sem a retórica de Trump, o governo americano continuará buscando mitigar influências de Pequim na região.

Manter uma relação estratégica com o Brasil é importante perante esse objetivo. Evidentemente, uma pauta bilateral que está avançando entre os dois países deixaria de avançar. Novos acordos bilaterais ficam mais difíceis e o sonho de um acordo de livre-comércio Brasil-Estados Unidos, provavelmente, seria interrompido.

De qualquer maneira, o governo Biden manterá relações cordiais e institucionais com o governo Bolsonaro. O grande perigo para as relações, entretanto, vem da pauta ambiental. O debate em Washington hoje sobre um provável governo Biden se resume ao grau em que seu governo seria desviado para pautas da esquerda política.

A base do partido democrata, claramente, mudou nos últimos dez anos; uma porcentagem maior de eleitores democratas se identifica como “liberal”, algo que, nos EUA, é sinônimo de esquerda. Não foi por acaso que as candidaturas de Bernie Sanders e Elizabeth Warren ganharam tração dentro das primárias democratas.

Logo, o debate em Washington gira em torno do grau em que um governo Biden contemplaria essa pauta mais progressista. Apostamos que, para contemplar essa ala progressista, uma das principais pautas a ser abraçada por Biden será a ambiental.

Apesar de rejeitar a ambiciosa proposta de um Novo Acordo Verde (New Green Deal), liderada pela deputada Alexandria Ocasio-Cortez e pelo senador Edward Markey, Biden incorpora outras metas ambiciosas a seu plano. Uma delas, por exemplo, visa descarbonizar totalmente o setor elétrico americano até 2035, reduzindo mais de 1,7 bilhão de toneladas de dióxido de carbono até 2030.

Logo, a reputação do governo Bolsonaro na agenda ambiental pode, sim, entrar na mira do governo Biden. A menção de Bolsonaro por Biden foi relevante no debate presidencial do dia 29 de novembro, assim como a subsequente resposta de Bolsonaro.

A proposta de Biden no debate foi criar um fundo de U$ 20 bilhões para ajudar no desmatamento da Amazônia, seguida por uma ameaça de “consequências econômicas” caso o Brasil não se comprometesse em reduzir o desmatamento. A reação no Brasil foi imediata. Tanto o presidente Bolsonaro quanto o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, chamaram a proposta de suborno.

Bolsonaro ainda, durante uma transmissão ao vivo, falou sobre o interesse estrangeiro na Amazônia e enfatizou a necessidade de Forças Armadas “preparadas” para defender o bioma. Essa dinâmica pode ser um indicador prévio do que podemos esperar em um governo Biden e sugere que existe, sim, um risco de sanções.

Entretanto, várias ressalvas estão em ordem. Primeiramente, Biden não virá atrás do Brasil com medidas punitivas nos seus primeiros meses de governo, se eleito. Apesar do meio ambiente ser uma pauta relevante para o democrata, o potencial novo governo americano terá maiores desafios e prioridades em seus primeiros meses.

Também haverá um esforço do governo Biden em construir uma ponte com o governo Bolsonaro em forma de “ajuda” externa para reduzir o desmatamento. Em segundo lugar, o governo Biden também terá como foco as negociações do Acordo de Paris.

Um de seus primeiros atos será a reinserção dos Estados Unidos no acordo, além de um grande esforço para a COP-26, sediada em Glasgow em novembro de 2021, mirando avançar no Acordo de Paris. Logo, os Estados Unidos terão cautela ao criar uma coalizão - que pode incluir o Brasil - para ter um acordo nessa reunião.

Um resultado positivo pode beneficiar o Brasil tremendamente se vier com a regulamentação do artigo 6.º do Acordo de Paris, que trata dos mecanismos do mercado de carbono. Contudo, a grande vulnerabilidade virá entre julho e setembro de 2021, durante o período de seca na Amazônia e no Pantanal.

Os focos de incêndio vêm crescendo e atraindo maior atenção internacional, tendo como resultado a transformação do governo Bolsonaro em “vilão” na pauta ambiental internacional. Evidentemente, o governo se sente “vitimizado”. O presidente e seus ministros argumentam que o Código Florestal é muito mais robusto que em outros países, que a emissão de carbono no Brasil não é o grande problema internacional e que existe sim um esforço para combater o desmatamento.

Logo, a conclusão no Palácio do Planalto é que as críticas são fruto de interesses econômicos escusos que ameaçam a soberania brasileira. O problema, entretanto, é que essa reação defensiva na retórica palaciana soa, para quem está fora do País, como um governo que minimiza e rejeita o tamanho do desafio e, portanto, não possui compromisso com o combate ao desmatamento.

Essa pressão externa tende a crescer a cada ano. O grande perigo vem de um cenário no qual os índices de desmatamento pioram novamente em 2021, o que, certamente, levaria o presidente Biden a publicamente criticar o Brasil. E, com a retórica já demonstrada por Bolsonaro contra alguns países na Europa e contra o próprio Biden pós-debate, provavelmente teremos forte retaliação do Planalto, o que só irá amargar as relações.

Em tal cenário, fica mais provável o uso de sanções contra o Brasil. Os possíveis cenários demonstram que 2021 será um ano de extremos. Existe, sim, um espaço político para a regulamentação do artigo 6.º do Acordo de Paris, que pode abrigar recursos externos para a preservação da floresta e ajuda financeira para combater o desmatamento.

Em tese, o governo Bolsonaro poderia aceitar uma solução como essa. O Ministério do Meio Ambiente tem defendido publicamente a necessidade de regulamentar o artigo 6.º, mas, dependendo dos dados desmatamento e da dinâmica da retórica política entre o EUA e Brasil, o ano de 2021 pode trazer sanções para o Brasil.